

Organização
CITCEM/FLUP
Comissão Científica
Comissão Executiva do CITCEM
Comissão organizadora
Carla Sequeira
Joana Sequeira
Secretariado
Vanessa Sousa
Contactos
CITCEM/FLUP
Tlf: 226 077 177
E-mail: oic.citcem@gmail.com
citcem@letras.up.pt

As *Oficinas de Investigação* do CITCEM têm como principal objectivo o debate, alargado e transdisciplinar, de problemáticas de investigação, no sentido de cruzar questões teóricas e metodológicas e resultados de pesquisa.

As *Oficinas de Investigação* do CITCEM constituem, por isso, um espaço de divulgação e discussão regular de projectos de investigação individuais (teses de mestrado ou doutoramento, projectos de pós-doc, etc.) ou colectivos, dos investigadores e colaboradores do CITCEM, podendo associar investigadores de outros centros ou universidades nacionais e/ou estrangeiras.

Entrada Livre
<https://oiccitcem.wixsite.com/oficinascitcem>

 CITCEM
CENTRO DE INVESTIGAÇÃO TRANSDISCIPLINAR
CULTURA, ESPAÇO E MEMÓRIA

 FCT
Fundação
para a Ciência
e a Tecnologia
UIDB/04059/2020

 FLUP
FACULDADE DE LETRAS
UNIVERSIDADE DO PORTO

OFICINAS DE INVESTIGAÇÃO CITCEM 19/20

SESSÃO 23
[05.06.20 • 14h30]

Proponente da sessão
Bruno Madeira

«Políticas e discursos de
memória e de identidade em
Portugal e no Brasil (século XX)»

 YouTube

Em directo no canal YouTube do CITCEM FLUP:
<https://www.youtube.com/channel/UC2la8syabdh1bO6-fCqQnIA>

PROGRAMA

14h30 *As direitas radicais portuguesas (1974-1985): memória, tradição e identidade como legitimação e discurso políticos* | Bruno Madeira

14h50 *A (re)construção da identidade nacional no Estado Novo, através de António Ferro, o diretor do SPN/SNI*

| Carla Ribeiro

15h10 *Memória e transição democrática em Portugal (1974-1976) e no Brasil (1985-1988)*

| João Gonçalves

15h30 Debate

NOTAS BIOGRÁFICAS E RESUMOS

BRUNO MADEIRA. Doutorado em História pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto, em 2020, tendo elaborado a tese «*Homens entre ruínas*»? *Ideias, narrativas, mundividências e representações das direitas radicais portuguesas*. Investigador integrado no CITCEM no grupo de investigação Valores de Transacção/Valores em Transição. Dedicar-se ao estudo da história das ideias, das representações e dos discursos políticos, centrado nas direitas neofascistas, no neoliberalismo, no nacional-populismo e na desigualdade social. Investigou também o movimento ecologista no Porto, tratado no âmbito do Mestrado em História Contemporânea da FLUP, e que deu origem à publicação, pelo CITCEM, da obra «*Não foi para morrer que nós nascemos*»: *o movimento ecológico do Porto (1974-1982)*.

As direitas radicais portuguesas (1974-1985): memória, identidade como legitimação e discurso políticos

Face à suspeição e à marginalização políticas de que foram alvo no pós-25 de Abril – devido à associação e à defesa do regime fascista derrubado pela revolução –, as direitas procuraram reabilitar-se aos olhos dos portugueses. Não hesitando, desde o primeiro momento, em criticar a democracia, a liberdade e o pluralismo, empreenderam estratégias comunicativas e organizacionais que, simultaneamente, almejaram o branqueamento e a normalização do passado fascista e das suas principais

políticas que defendiam. Atacar o novo regime democrático e as falhas que nele identificavam passou, em grande medida, pela reescrita da memória e da história individual e colectiva do radicalismo direitista nacional, pelo enaltecimento das tradições sociais e culturais do país e pela revalidação moral de uma pretensa identidade ontológica e teleológica de Portugal e dos portugueses. É acerca dessa utilização da memória pelas direitas radicais que reflectiremos.

CARLA RIBEIRO. Doutora em História Contemporânea pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto, com a tese “Imagens e representações de Portugal. António Ferro e a elaboração identitária da Nação”. Professora-Adjunta na Escola Superior de Educação do Politécnico do Porto. Investigadora integrada do CITCEM. Tem como áreas de investigação no âmbito da História cultural contemporânea: as políticas e os organismos culturais dos regimes autoritários/totalitários, com enfoque no caso português; o cinema português e o turismo no Estado Novo, e os estudos folcloristas portugueses nos séculos XIX e XX, em ligação com as questões da identidade nacional. É autora de vários artigos em revistas nacionais e internacionais, relacionados com estas temáticas.

A (re)construção da identidade nacional no Estado Novo, através de António Ferro, o diretor do SPN/SNI

Várias décadas passadas sobre o fim do Estado Novo, deparamo-nos com um Portugal cuja imagética é, ainda, devedora desse período e da acção de António Ferro à frente do Secretariado de Propaganda Nacional (rebaptizado, em 1944, Secretariado Nacional da Informação, Cultura Popular e Turismo). Apontado como uma das figuras mais controversas da primeira metade do século XX, escritor, jornalista e diplomata, é predominantemente recordado e estudado como o responsável pela política cultural do Estado Novo. O seu objectivo? A (re)construção da identidade cultural do país e de uma consciência nacional adequada aos princípios do regime. Na construção desta «grande fachada da nacionalidade», Ferro serviu-se da criação e produção artísticas nas suas diferentes disciplinas, da literatura e música à escultura, da arquitectura à pintura, passando pelo cinema e teatro mas, também, pelas artes decorativas e pelo *design*. Como o fez será o que se procurará apresentar nesta comunicação.

JOÃO PAULO SILVA GONÇALVES é licenciado em História pela UFG – Universidade Federal de Goiás, da região central do Brasil, onde desenvolveu projeto de pesquisa associado aos âmbitos da Memória, História Regional e Educação Patrimonial. Atualmente cursa o Mestrado em História Contemporânea, na FLUP – Faculdade de Letras da Universidade do Porto, onde desenvolve tese a respeito dos processos de transição política no Brasil (1985 – 1988) e em Portugal (1974 – 1976), ancorada no âmbito da História Política e História e Memória, orientado pelo Professor Doutor Gaspar Martins Pereira.

Memória e transição democrática em Portugal (1974-1976) e no Brasil (1985-1988)

A transição brasileira para a democracia, após o fim da Ditadura Militar (1964-1985), operada pelos próprios militares, é caracterizada como transição por “pacto”, enquanto a transição portuguesa, ocasionada pelo processo revolucionário que pôs fim ao Estado Novo com o advento do 25 de Abril de 1974, é considerada transição por “ruptura”, já que não houve um explícito acordo entre as elites políticas depostas e as que ascenderam ao poder. A partir da análise dos dois modelos distintos de transição política busca-se pensar o papel do Estado na representação do passado autoritário, ante a pressuposta necessidade do estabelecimento de uma “memória nacional” crítica ao autoritarismo, em regimes pós-autoritários. Busca-se, assim, pensar a liberdade democrática edificada nos dois países como uma questão problemática, em que as elites políticas buscam mais as “reconciliações” que propriamente o trato dos dilemas do passado, que passa a ser um “fardo” e é tendencialmente esquecido.